

A autonomia do DF

A recém-conquistada autonomia política de Brasília está na berlinda. O deputado Paulo Delgado, do PT de Minas, vai propor, quando da reforma constitucional, em 1993, a transformação do GDF em Prefeitura e a Câmara Legislativa em Câmara de Vereadores. E ainda: a transferência para Goiás das cidades-satélites com autonomia econômica. Taguatinga, por exemplo.

O objetivo é impedir que Brasília perca sua condição de cidade exclusivamente administrativa, razão de sua existência e meta dos que a conceberam. Por ter-se desviado de seu projeto original, acredita Delgado, Brasília enfrenta hoje um processo de urbanização desorganizada e corre o risco de entrar no Terceiro Milênio com problemas sociais semelhantes aos da antiga capital federal, o Rio de Janeiro, cujo colapso como cidade administrativa justificou a perda de seu antigo *status quo*.

A discussão é complexa e emocional, em função dos interesses que envolve e ameaça. E já tornou o deputado petista *persona non grata* aos deputados distritais de Brasília — incluindo os do PT. Historicamente, porém, sua tese encontra respaldo, aqui e no exterior. Ao tempo do Império, o Rio de Janeiro, que sediava a Corte, era município neutro. Com a República, tornou-se Distrito Federal e passou a ter um prefeito nomeado pelo presidente e Câmara Municipal eleita.

A idéia de cidade administrativa inspirou-se no modelo norte-americano, onde aos moradores da capital, Washington, sequer era dado o direito de votar pa-

ra presidente da República. Somente em 1961, através da 23ª emenda, é que esse direito foi conquistado. O objetivo era — e é — preservar a capital das disputas político-partidárias e garantir tranquilidade aos dirigentes do País. Um fundamento básico contrário à autonomia política, é de que onde reside o presidente da República não pode haver nenhuma outra autoridade que o contraste ou desafie.

E o GDF possui poder de polícia, o que cria uma perigosa dualidade de poder. Imagine-se um governador de Brasília hostil ao Presidente da República, numa circunstância de agitação popular ou de contestação política. Os riscos são evidentes. Por isso, Juscelino, mentor de Brasília e democrata acima de qualquer suspeita, jamais defendeu a autonomia política da capital. Hoje, entretanto, parece razoável a idéia de um prefeito e de uma Câmara de Vereadores, eleitos pelo povo e exclusivamente voltados para o âmbito administrativo da cidade. Uma autonomia ponderada, sem perder de vista a natureza administrativa da cidade.

E é justamente em função dela que se questiona também a autonomia econômico-financeira do DF, que já o incluiu na rota das migrações maciças, determinando uma expansão demográfica bem superior ao plano original. Brasília foi concebida para ter 500 mil habitantes no ano 2000. Hoje, já tem algo em torno de 2 milhões — e sua condição de cidade administrativa está ameaçada.

De qualquer forma, o debate está posto — e tem tudo para inflamar os meios políticos da capital, cujo cartão de visitas foi um show de nepotismo — nos moldes da antiga Goiânia de Ouro, apelido dado pelo povo do antigo DF à sua Câmara de Vereadores.